

A TEORIA DOS FENÔMENOS COMPLEXOS DE HAYEK E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO GOVERNO FHC.

HAYEK'S THEORY OF COMPLEX PHENOMENA AND PUBLIC POLICIES FOR EDUCATION IN FERNANDO HENRIQUE CARDOSO GOVERNMENT

João Wilson Savino Carvalho¹
Florinaldo Carreteiro Pantoja²
Carlos Lucena³

Resumo:

Trata-se de um estudo histórico das relações entre o pensamento epistemológico de F. A. Von Hayek e sua influência nas políticas públicas para a educação implementadas no período do Governo Fernando Henrique Cardoso, com apoio na metodologia hermenêutico-dialética, entendida sob a concepção de Maria Cecília Minayo, como uma linha de pensamento afim à fenomenologia que desenvolve a reflexão sobre a realidade como trabalho de interpretação, de busca de sentido, mediante a decifração de suas expressões simbólicas, considerando sempre que o fundamento da realidade é a dialética e seus princípios. O foco do estudo é nos fatores que viabilizam a compreensão da retomada do neoliberalismo em um governo de base social-democrática, o objetivo é a análise das consequências dessa política econômica para a educação brasileira, e em especial para a formação de docentes das séries iniciais do ensino fundamental, e a conclusão é que a expansão do tecnicismo e da lógica de mercado sob o disfarce de socialdemocracia permitiu ao Governo FHC a reorganização do sistema de formação de professores sob os interesses do mercado, com resultados nefastos para a educação brasileira como um todo.

Palavras-chave: políticas públicas educacionais; neoliberalismo; hermenêutica-dialética.

Abstract:

It is a historical study of the relationship between epistemological thinking of F. A. von Hayek and his influence on public policies for education implemented during the period of the Fernando Henrique Cardoso administration, with support in the methodology hermeneutic-dialectic, understood in the design of Maria Cecilia Minayo, as a line of thought akin to phenomenology that develops a reflection on reality as a work of interpretation and of the search for meaning through the deciphering of its symbolic expressions, always considering that the foundation of reality is dialectic and its principles. The study focus is on the understanding factors that enable the resumption of neoliberalism in a social-democratic-based government, the goal is the analysis of the consequences of this economic policy for

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia - PPGED/Faced/UFU e professor da Universidade Federal do Amapá; E-mail: wilsoncarvalho@unifap.br

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia - PPGED/Faced/UFU e professor da Universidade Federal do Amapá; E-mail: florinaldo@uol.com.br.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia - PPGED/Faced/UFU. Pesquisador CNPQ e Fapemig; E-mail: carlosluc@faced.ufu.br

Artigo recebido em 19-01- 2012; aprovado em 15-06- 2012

Brazilian education, especially for the teachers training of early grades at elementary school, and the conclusion is that the expansion of the technique and logic of the market under the guise of social democracy has enabled the Cardoso administration to reorganize the system of teacher training in the interests of the market, with disastrous results for the Brazilian education as a whole.

Keywords: public educational politics; neoliberalism; hermeneutics-dialectics.

1 Introdução:

Uma das mais pesadas críticas feitas hoje à educação brasileira tecnicista dos anos setenta, fundamentada na Teoria do Capital Humano e caracterizada em uma legislação educacional que acenava com conjugação entre terminalidade e continuidade no ensino médio, como forma de atacar a desigualdade social brasileira, é a de ter sido uma política de preparação de mão-de-obra para o capital, resultando por isso em uma prática educativa mecânica e em uma política de formação de professores formalista e esvaziada de sentido em relação ao papel político do educador, com graves sequelas para a educação e para a sociedade brasileira.

Entretanto, ao observar o movimento político que deveria resultar no seu oposto, o espetacular avanço da socialdemocracia no Brasil dos anos noventa, principalmente no período do Governo Fernando Henrique Cardoso, não vemos que tenha resultado em políticas públicas para a educação pautadas nos princípios inequívocos de uma socialdemocracia e nos critérios que caracterizam a sua concretização num programa de governo dessa natureza, a saber: maximização das oportunidades para os que têm menos e minimização dos benefícios públicos para os que têm mais (ABRANCHES, 2003, p.152).

As políticas públicas para a educação no período dos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso mostram claramente sua opção por uma fundamentação teórica que não é propriamente a expressão do que se tem como socialdemocracia. Analisando os precedentes latino-americanos verifica-se que se trata de um processo que tem raízes em períodos bem anteriores, e observando as consequências para o panorama político atual, conclui-se que tais consequências deverão se estender para os momentos políticos bem posteriores.

De fato, os problemas pela opção política por uma linha de pensamento econômico e social que tem como fundamento básico a defesa intransigente da economia de mercado como instância organizadora da sociedade, e que se opõe a toda e qualquer intervenção do Estado na economia como um caminho fatal para o totalitarismo, apresenta consequências irreversíveis para toda a sociedade. Entre elas, o avanço irreversível de uma “economia criminal” que

atinge indiscriminadamente todos os setores e estratos sociais, mas que tem na educação resultados catastróficos. Apenas isso já seria suficiente para justificar plenamente a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre esse processo e seus limites.

A aplicação da metodologia hermenêutica-dialética na abordagem dessa questão, uma perspectiva filosófico-metodológica considerada hábil à produção da interpretação dirigida ao sentido, uma linha metodológica que entende a metodologia como parte central na teorização, posto que intrínseca à visão de mundo veiculada na teoria, onde o método é o próprio processo de desenvolvimento das coisas e o cerne do conteúdo enquanto faz a relação dialética entre pensamento e existência (MINAYO, 1994) se justifica ante a complexidade do problema, que requer uma abordagem pluralista e criativa.

Na perspectiva dessa metodologia, o objetivo é o desvelamento dos significados ocultos no cotidiano da *práxis* social, através da abordagem da realidade em seus aspectos mais propriamente humanos (o cultural-histórico), principalmente a fala, a linguagem, as representações, o imaginário, a cultura de um grupo projetada no discurso, e confrontada com a realidade concreta de sua aplicação.

Como surge um discurso, quais são suas bases fundantes? Em que resulta esse discurso para o homem concreto e para a modificação da sociedade desigual que se propõe combater? Como o discurso socialdemocrata de FHC se torna em uma prática política neoliberal, quais as raízes dessa transformação e que consequências disso resultam? São essas, em suma, as questões que aqui tentamos abordar pelo uso dessa metodologia.

Assim, o presente texto busca analisar as raízes epistemológicas do pensamento político-econômico que começa a se desenvolver desde o Governo Figueiredo, e se torna hegemônico no Brasil no Governo Fernando Henrique Cardoso, o liberalismo travestido de socialdemocracia, e que são identificadas por Carlos Lucena (2010) na Teoria dos Fenômenos Complexos, de F. A. Von Hayek e na epistemologia de Karl Popper.

Hayek é um pensador liberal, seguidor de Adam Smith, que se contrapõe ao liberalismo keynesiano e à intervenção do Estado na economia, retomando o conceito de *mão invisível do mercado* em um discurso incomparavelmente mais convincente. Nele vemos uma sacralização da tese das regras do mercado organizando não apenas a economia, mas até as aspirações dos homens em sociedade, apresentado em uma forma bem mais palatável aos partidários da socialdemocracia, à medida que se compõe de um darwinismo intelectual das inteligências múltiplas em um diálogo com a epistemologia neopositivista de Karl Popper.

Assim, tendo como instrumento de análise a metodologia hermenêutico-dialética e com o fio condutor o panorama sócio econômico e político da educação brasileira no período

FHC, por suas relações com o liberalismo “*new old*” de Frederich von Hayek, buscaremos neste texto ampliar a compreensão sobre os fundamentos epistemológicos da incoerência entre o programa neoliberal do socialdemocrata FHC e as consequências para a formação de professores a para a educação no Brasil.

2 O liberalismo e a educação brasileira.

A sociedade brasileira sempre apresentou uma relação complexa com a economia de mercado, envolvida que esteve, na mais das vezes, com um capitalismo periférico e um liberalismo clássico, passando eventualmente por regimes que se aproximavam muito de uma economia planificada e/ou de um capitalismo conservador-corporativo. O ponto comum, porém, é que, embora com muitas variações, em nenhuma delas a lógica da economia de mercado deixou de definir os destinos da política, da economia e da educação no país.

De fato, o Brasil vivenciou, em vários momentos de sua história, regimes de força e/ou populistas que, aparentemente, impuseram políticas públicas em educação voltadas para o aumento das oportunidades de trabalho e de geração de renda, geralmente apresentadas como meios de diminuição do abismo entre as classes sociais. Pelo resultado sabe-se, na verdade, que tais políticas consistiram mais em expansão da mão de obra de reserva tão conveniente ao capital, do que políticas de diminuição da desigualdade social.

Pari passu a isso, temos o aumento brutal da concentração de renda, o crescente poder do crime organizado desafiando o Estado, apoiado, por um lado, em uma legislação estranhamente tolerante e, por outro, na naturalização da corrupção em todos os âmbitos da estrutura administrativa. A degradação moral dos membros do legislativo, principalmente os envolvidos com cargos no executivo, justificada no sentido pejorativo da palavra “política” no Brasil, relacionada à pesada e arcaica estrutura do judiciário, incapaz de estabelecer no imaginário popular qualquer relação de crime-castigo que viabilize um processo eleitoral minimamente equilibrado ou que leve a alguma mudança nesse panorama circular.

Exatamente por isso o avanço da socialdemocracia na América Latina, e especialmente no Brasil, no começo da década de noventa, foi celebrado com tanta esperança. Era o imaginário do ocidente turbinado com as perspectivas de superação, tanto do liberalismo (imagem do monstro que se alimenta da desigualdade social), quanto do socialismo real (imagem do homem-formiga), que até então só havia mostrado sua face desumana. E, quiçá, também de abertura de um mundo renovado para essa América eterna

perdedora, que emergiria enfim livre, tanto da exploração atávica quanto das ditaduras renitentes que sempre a caracterizaram.

Nesse sentido, o entendimento prevalente neste texto, de que não foi obra do acaso a ascensão ao poder de Fernando Henrique Cardoso (1994), sociólogo de longa militância na esquerda brasileira e autodeclarado socialdemocrata, como coetânea ao sucesso mundial da obra do sociólogo inglês Antony Giddens, o mesmo autor que deflagrou uma série de propostas de renovação da socialdemocracia na Europa, cujo título *“Para Além da Esquerda e da Direita”* já dizia tudo. E da mesma forma não foi ao acaso a guinada à direita ocorrida no período de governo de FHC, em franca contradição com sua história de vida e suas propostas iniciais de governo.

De fato, o governante FHC ostentava o status de um cientista social que, ao inverso de seus antecessores, era reconhecidamente antipopulista e anticlientelista, um dos membros fundadores do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), um partido criado em 1988 aos moldes dos partidos socialdemocratas europeus, identificado com a Internacional Socialista e que tinha já na sua fundação, a Terceira Via: uma ideologia assumida do partido, tal como o combate a todo e qualquer totalitarismo (ABRANCHES, 2003).

Enfim, FHC apareceu como um intelectual estadista com todas as condições de angariar a simpatia dos governos do primeiro mundo, por representar a esperança de reorganização da economia brasileira e, principalmente, de constituir um exemplo para os demais países da região. Com tais credenciais, tudo o que não se esperava dele era um governo pautado na ortodoxia e na orientação para o mercado, em um país que ansiava por uma política redistributiva de renda e de aumento das oportunidades de trabalho e geração de renda, voltada aos segmentos da sociedade brasileira historicamente excluída do produto social.

Porém, apesar de um passado em que sempre demonizou o Partido da Frente Liberal (PFL) como o partido do atraso, do clientelismo e de tudo o que há de ruim na direita brasileira, FHC aliou-se ao PFL ainda em 1994, impulsionando o avanço desse partido em vários estados da Federação, pela associação com o sucesso do Plano Real e com a consequente popularidade de FHC. Naquele momento justificou o presidente a continuidade da esdrúxula associação com a necessidade de garantir a governabilidade e facilitar as relações entre o executivo e o legislativo, mas, a seguir, em vários pronunciamentos, passou a qualificar as posições da esquerda de intervencionistas, protecionistas e atrasadas, partindo então para a aceleração das reformas constitucionais que viabilizassem a reforma do Estado e para a articulação da ampliação de seu próprio mandato. A partir disso, restou claro para os

observadores internacionais o deslocamento do pensamento de FHC para bem mais à direita e para a aceitação dos ditames do mercado, embora jamais tenha reconhecido essa identificação em seus pronunciamentos.

Para alguns estudiosos desse fenômeno, trata-se de uma transformação clara e evidente, mas cuja explicação pode envolver fatores circunstanciais:

Quando se adotam políticas de nítido tom neoliberal e que não encontram embasamento em valores derivados de um legado histórico da política de esquerda, o partido se torna vulnerável à acusação de que sua metamorfose foi puro oportunismo (POWER, 2003, p.267).

Como se deu essa transformação? Quais as causas na mudança do modelo de desenvolvimento no bojo do pensamento de FHC? Teriam sido fatores decorrentes das transformações no panorama internacional? Mudanças no jogo de forças dos partidos políticos? Reconfiguração das instituições políticas? Ou simplesmente uma atualização na ideologia do titular do bem sucedido Plano Real, imposta pela necessidade de continuidade e coerência com a locomotiva política de seu governo? E, principalmente, o que restou, para a educação brasileira, da eleição de um professor universitário, intelectual que se fez presente nos movimentos populares e na luta contra a ditadura militarista, por um partido político decididamente identificado com a socialdemocracia?

3 A Influência de Hayek via Teoria dos Fenômenos Complexos.

Em seu livro *“Hayek: liberalismo e formação humana”*, Carlos Lucena mostra as relações entre o pensamento epistemológico de F. A. von Hayek (a Teoria dos Fenômenos Complexos) e a retomada do pensamento liberal no governo FHC (1995-2002), em uma análise crítica fundamentada na teoria do valor na forma como exposta por Marx em *“O Capital”*, e que pode constituir as bases de um estudo dos nexos entre as políticas públicas para a educação no Brasil durante o governo FHC e a proposta neoliberal sob a perspectiva hayekiana, que já há algum tempo vinha em franca expansão por toda a América Latina.

De acordo com a análise de Lucena, não é apenas a tese de que a planificação estatal leva, inexoravelmente, ao caminho da servidão que coloca o *“Liberalismo New Old”* (LUCENA, 2010, p. 27) de Hayek na base da guinada à direita dada pela social-democracia no Brasil dos anos noventa. Trata-se sim do desdobramento de um processo histórico que

começa ainda no autoritarismo militar brasileiro, que inclui o Plano Brady e o Consenso de Washington, o papel do Banco Mundial e FMI, e, até, a epistemologia de Popper, via Teoria da Complexidade de Hayek:

A “teoria dos fenômenos complexos” é central nas reflexões de Hayek sobre o mercado, a sociedade, a economia e a ação dos indivíduos sociais. Ela matura as relações intelectuais de F. A. von Hayek com Karl Popper. Essa teoria representa um esforço voltado à problematização das relações de equilíbrio dos indivíduos com a sociedade e a potencialidade de inteligências múltiplas atuando por princípios coletivos.

(...)

A economia é utilizada como exemplo de uma atuação complexa e múltipla dos sujeitos, oferecendo fundamentos para a defesa da equidade social e a negação da igualdade. O sistema econômico é formado por relações entre indivíduos compostos de mentes altamente complexas não representadas por uma mente em particular, mas sim por mentes coletivas (LUCENA, 2011, p. 176).

Para Lucena, a análise desses elementos seria basal para a compreensão do desvio de fundamentos da social-democracia prometida pelo candidato FHC⁴ para uma política de submissão ao mercado. É em função desses elementos que o mercado passa a ser concebido com um papel que vai além do de regulador da economia, aparecendo mais como potencializador de inteligências múltiplas (LUCENA, 2010, p. 34), impondo ao Estado o investimento na modernização do setor público e privado em ciência e tecnologia, como condição essencial para atacar os problemas sociais. E por esse modelo de Estado, então francamente neoliberal⁵, são definidas as políticas públicas em educação.

Nesse sentido, LUCENA (2011, p. 25) nos mostra o aumento quantitativo do ensino básico diretamente proporcional ao processo de precarização do trabalho do professor e a municipalização do ensino básico como um “*cavalo de troia*”, um presente de grego aos municípios porque acompanhado da diminuição dos recursos para a gestão escolar e, mesmo, do calote do FUNDEF, tendo como consequência todas as condições de aviltamento do trabalho docente que redundam em um processo crescente de queda da qualidade do produto das escolas.

Enfim, o cumprimento integral da cartilha do FMI para a educação: privatização, modernização da gestão das instituições públicas pela busca de recursos junto à iniciativa

⁴ Aceitando a posição de que uma proposta social-democrata coerente envolve a articulação da estabilidade macroeconômica com a estabilidade político-institucional e com o aumento da produtividade concomitante ao investimento em C&T, tendo como objetivo final o estabelecimento de condições para um processo de melhoria continuada das condições de vida da população.

⁵ Não pode ser definido de outra forma um modelo que dimensiona as políticas sociais pelo corte nos gastos públicos, pela lógica da privatização e da descentralização, e centraliza os gastos sociais públicos em programas contra a pobreza pontuais e seletivos.

privada para a pesquisa de interesse do mercado, aplicação de recursos públicos nas instituições privadas como forma de diminuir o peso do Estado, diversificação do ensino superior por meio de instituições não universitárias e eliminação das políticas compensatórias.

Todo esse processo de *economização* da escola é devidamente acompanhado de uma atualização da legislação educacional: Emenda Constitucional nº14 que, entre outras medidas, criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério - Fundef e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172 de 2001), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, e até a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Carlos Lucena (2011a, p.27) mostra por meio de dados estatísticos a aplicação de ideologia das inteligências coletivas providas pelo mercado, desenvolvida por Hayek e sua Teoria dos Fenômenos Complexos, e os efeitos nefastos para as instituições de ensino, para as condições de trabalho dos professores, enfim, para toda a sociedade brasileira, com consequências que se estendem para além do período FHC.

Mas, principalmente, demonstra que o mais importante e o mais perigoso da visão hayekiana não é o atrativo representado pela argumentação que mostra o ponto de intersecção em todas as formas de totalitarismo na planificação da economia, e a planificação da economia como o caminho para o totalitarismo e para o fim das liberdades individuais. É a tese subjacente de que esse caminho pode ser invertido pelo poder das ideias, teoricamente desenvolvida na Teoria dos Fenômenos Complexos e das inteligências múltiplas, cujo desdobramento resulta na ideologia das políticas de desenvolvimento da tecnologia e da educação submetidas à lógica do mercado que se apresenta tão atraente para os pensadores do fenômeno social.

Talvez a melhor formulação de Hayek, que antecipa o que aconteceria no Brasil em curto espaço de tempo, até mais curto do que ele próprio previa, foi uma resposta dada em entrevista, ainda em 1979, quando foi questionado sobre uma solução para o problema da inflação brasileira, na época um desafio:

Você quer saber a saída política ou a inteligente? Inteligente é estancar a inflação cortando o excesso de dinheiro, mas o preço é caro. A estabilização leva a um período de desemprego agudo, uma redução no nível de satisfação. Por isso, nenhum governo tenta. Mas se os políticos atuais não conseguirem destruir o mundo nos próximos vinte anos, há uma nova geração com melhores ideias capaz de acertar os ponteiros.⁶

⁶ HAYEK, F. A. Von. Hayek em visita ao Brasil. SP. 1979. **Veja**. São Paulo. 19 dez 1979. Entrevista concedida a Henry Maksoud.

Essa posição anti-intervencionismo estatal a qualquer preço social, contraditoriamente inspirando líderes trabalhistas de peso mundial, tem em Margaret Thatcher o seu ícone, ela que utilizava frequentemente em seus discursos, argumentos fundamentados no pensamento econômico de Hayek e de Friedman, e que implementou reformas neoliberais de peso em todo o período em que governou a economia inglesa. Não bastasse o alinhamento integral ao ideário neoliberal estabelecido para a América Latina a partir do Consenso de Washington, o governante Fernando Henrique Cardoso foi várias vezes citado na imprensa internacional como inspirado na “Dama de Ferro” inglesa, ou como o líder latino-americano mais bem sucedido na implementação da linha de ação pautada na desregulamentação e privatização como garantia da liberdade.

Esse posicionamento teórico, que não se limita ao campo da economia, representa uma continuidade aparentemente renovada das formulações de Smith e Friedmann, e que se torna insuspeita em Hayek pelo apoio em uma epistemologia de respeito acadêmico (LUCENA, 2011b), e pela proposição de constituir um embate com as concepções intervencionistas derivadas do keynesismo e aos desvios totalitários do socialismo real em nome da garantia da liberdade dos povos.

Trata-se, na verdade, de uma ideologia recorrente na história do pensamento ocidental, cuja formulação mais perniciosa foi o idealismo romântico de Hegel, que se torna revigorado e atualizado no neoliberalismo, cujo *absoluto* se transmuta na *mão invisível* do mercado, nas inteligências múltiplas e coletivas, ou em qualquer entidade mágica capaz de justificar a concorrência selvagem, o exército de mão de obra de reserva e a parcela da população excluída da partilha do produto da sociedade.

As consequências de um pensamento dessa natureza para a educação brasileira estão diretamente relacionadas ao sentido da criticidade, então visualizado sob a perspectiva do mercado:

Esse é o sentido da liberdade expressa na formação de sujeitos autônomos: a continuidade produtiva. Na educação de seres humanos, é a partir daí que se redefine o princípio da criticidade. Em outras palavras, ela não se baseia pela capacidade de tomada de decisões quanto ao presente e possibilidades de emancipação para o futuro, mas sim voltada a atributos para pertencer à ordem e os interesses da reprodução do capital (LUCENA, 2010b, p. 31).

Certamente que a *mão invisível do mercado* define opções para educação de um país e papéis sociais para as pessoas. A questão é: em que direção? Ou seja, o que garantiria a essa mão invisível uma responsabilidade social?

É fato que o mercado se autorregula e a sociedade se autorregula a partir do mercado, mas, a mercê do mercado, a sociedade se autorregula nas formas que consegue que cada inteligência individual, ou em pequenos grupos, nos seus limites, encontra para não perecer. E aí a economia informal, ou a economia marginal e, muito pior, a economia criminal (tráfico de drogas, crime organizado, empresas de assalto, corrupção generalizada e naturalizada...). O que foi o romântico jogo do bicho do passado, que absorvia uma boa parte dos excluídos do mercado de trabalho e proporcionava uma fonte de renda que, pelo menos, garantia a eles a subsistência, agora se manifesta de uma forma muito mais feroz, porém bem de acordo com a teorização sobre as inteligências múltiplas, que em si mesma não é incoerente e nem inconsistente. Imperdoável, porém, é a ponte estabelecida, via epistemologia neopositivista, com o neoliberalismo como opção de organização da sociedade, onde a *mão invisível do mercado* toma o lugar do *espírito absoluto* do idealismo romântico de Hegel, como um ser dotado de senso de *finalidade*. Mas, não é o *finalismo* a diferença entre a pré-ciência e a ciência? Entre o pensamento mágico e o pensamento científico? Contraditoriamente, entretanto, o critério de cientificidade de um discurso define-se, para Hayek, em outros pressupostos.

Mas qual o fundamento epistemológico para o pensamento econômico e político de Hayek?

4 A epistemologia neopositivista de Karl Popper e a defesa da sociedade aberta.

A epistemologia popperiana (racionalismo crítico) que, por uma via transversa se constitui num dos pilares do darwinismo social que sustentam a teoria das inteligências múltiplas selecionadas pelo mercado de Hayek, que influenciaria sutilmente FHC e outros pensadores da social-democracia latino-americana, se relaciona profundamente com a base do pensamento grego e da tradição ocidental, a teoria do conhecimento socrática, onde a liberdade está ligada à atividade crítica da razão e onde o próprio conhecimento apresenta valor moral, embora rejeite visceralmente o *utopismo* de Platão, o principal seguidor desse filósofo (dele e de todos os que considera *utopistas*).

Nessa mesma linha de pensamento, Popper rejeita também o historicismo de Hegel e de Marx que, a seu ver, conflui para o totalitarismo e para o fim das liberdades individuais, preferindo a dinâmica social gradual de uma sociedade aberta das inteligências em debate, livre das coações próprias dos utopismos fechados e dogmáticos, dos quais sempre decorreria, no final, a intolerância (religiosa, econômica, política, acadêmica etc.).

Tais concepções de especial ressonância no século XX, inclusive nos embates internos do liberalismo⁷, estão costuradas pela sua epistemologia neopositivista, onde a instauração da objetividade nas ciências se dá pela aplicação do *princípio da falsificabilidade* (um discurso científico se distingue dos *utopismos* pela constituição em proposições falsificáveis, logo, passíveis de *verificabilidade*). Por esse critério, define-se uma proposição como objetiva, quando é possível projetar situações em que ela seria falsa (ou seja, são proposições *falsificáveis*). Proposições não falsificáveis não são objetiváveis, logo, não fazem parte da ciência, mas sim da literatura ou da ideologia.

Segundo Popper, o discurso utopista é apoiado em conceitos e/ou premissas para os quais é impossível pensar situações concretas de falsificabilidade, logo, indemonstráveis por natureza, como é o caso da “sociedade sem classes” do socialismo, uma noção abstrata e mágica quando imposta como processo abrupto produzido no seio da sociedade onde uma classe detém o poder e dele faz uso em todas as instâncias da vida social. Para Popper, as utopias e os pensadores utopistas são perniciosos à sociedade, exatamente por essa fé no movimento da história por transformações violentas a partir de princípios abstratos, e que, na realidade, sempre resultam na intolerância e em totalitarismos.

5 A crítica dialética à base das políticas educacionais de FHC.

Destacando a origem do pensamento de FHC na transição do capitalismo monopolista para o financeiro, no esgotamento da ideia de Estado de Bem Estar Social, e Teoria dos Fenômenos Complexos, Carlos Lucena (2011) demonstra a presença desses mesmos pressupostos em vários outros países latino-americanos que vivenciaram os mesmos processos. Os exemplos são o Chile, com Pinochet; a Argentina de Menem; o Peru de Fujimori; e o México de Salinas, que desenvolveram em seus países planos econômicos similares apoiados no discurso do combate à inflação e ao déficit público, e na necessidade de modernização do aparelho do Estado. Enfim, países onde vingou o mesmo discurso de fortalecimento do mercado pela competição para uma concepção de sociedade que tem o consumismo como índice de referência e que nega a historicidade do homem, visualizando a cidadania apenas como abstração.

Percebemos formas idealistas de entendimento do funcionamento do mercado tanto em âmbito transnacional, bem como nas relações cotidianas das empresas também atuantes de forma transnacional. O que se verifica é uma

⁷ Popper não é um pensador neoliberal, muito pelo contrário, caracteriza-se pela defesa de um protecionismo democrático. Talvez por isso filósofo contemporâneo preferido de Margaret Thatcher.

aposta radical na economia de mercado como instrumento da liberdade individual. O empresariado acredita no mercado como materialização de sua liberdade incondicional, mas, é prisioneiro das suas deliberações, como se o mesmo fosse movido por forças metafísicas, e não por decisões humanas (LUCENA, 2010b, p.39).

Essa mesma teleologia do mercado apoiada na lógica de produtividade do trabalhador e das empresas baseada sobre a competitividade, quando aplicada à educação resulta em políticas públicas que entendem a formação do cidadão numa perspectiva reducionista, a mesma da lógica da produção capitalista, a lógica da competitividade em todas as instâncias da sociedade.

Daí a economia criminosa que medra fácil e que afasta as crianças da escola e as insere como instrumentos privilegiados no narcotráfico, passando ao largo da legislação hipócrita que as “protege”, e encurtando a sua vida em todos os sentidos. Daí o embate entre instâncias do ensino, entre profissões e nichos do mercado como instrumentos de poder; a academia e a produção científica como instrumentos políticos; a desarrazoada produtividade acadêmica do escrever para alcançar índices; a precarização do trabalho docente; o estranhamento no trabalho; os crescimentos desmedidos das formações que exigem pouco investimento e o encolhimento das que exigem alto investimento em pesquisa e formação técnica, e que antes estavam no foco da ação estatal pelo seu significado estratégico. Enfim, consequências perfeitamente previsíveis para a concepção de eficiência da educação a sua configuração como ação orientada para o mercado.

Essa é, aliás, a ideia central e pedra angular do pensamento hayekiano, desenvolvida detalhadamente em um ensaio de 1945, denominado “*O Uso do Conhecimento na Sociedade*”, onde demonstra que o conhecimento se encontra disperso na sociedade, pelas pessoas, pelas instituições e pelo espaço da economia, portanto, fora do alcance de qualquer de qualquer tipo de planejamento unificado, exigindo uma ordem econômica baseada na competição para emergir plena e livremente. Por esse pressuposto Hayek entende ferida de morte a possibilidade do socialismo real, e por ele defende a ideia de que o caminho para o enfrentamento das mazelas sociais não é o fim da propriedade privada dos meios de produção, mas pela descentralização do uso do conhecimento na sociedade, que emergiria no seio de uma sociedade aberta e organizada pelo mercado.

Esse é talvez o pressuposto do pensamento hayekiano que aplicado à educação resulta mais pernicioso, principalmente para a questão da formação docente e para a escola pública.

6 A formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental no governo FHC.

Todo o embate que decorre da lógica de competitividade e adaptabilidade às crescentes mudanças do mercado encontra a formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental em um processo cauteloso de transição para a formação em nível superior. O que antes era a formação tradicional em nível de segundo grau, feita pelas antigas escolas normais e institutos de educação, durante a vigência das antigas Leis de Diretrizes e Bases da Educação, antes a Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961 e depois a Lei nº 5692 de primeiro de agosto de 1971, com a mudança na legislação, começa a exigir formação superior.

As leis anteriores mantinham, de toda sorte, a formação de docentes como se fosse para a antiga escola primária, ou para as séries iniciais do então 1º grau, mas com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), há significativa modificação nesse panorama. Com a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, mantendo a formação de docentes em nível médio, mas dando ênfase à necessidade de formação docente em nível superior; já no Governo FHC surgem os pareceres e resoluções regulamentando a interpretação e aplicação da lei, nos quais foram definidas as diretrizes curriculares nacionais para a formação de docentes em nível médio nas linhas gerais que imperavam no pensamento educacional da equipe de FHC. Pela lei a formação de docentes em nível médio visa às três funções essenciais nesse pensamento, que são o recrutamento para as licenciaturas; a preparação de pessoa auxiliar para creches e pré-escolas; e o atendimento a professores em centros de formação continuada.

Mas, além disso, a Nova LDB cria também um novo espaço de formação docente, os Institutos Superiores de Educação (ISE) e, junto com ele, uma nova modalidade de formação, o Curso Normal Superior (CNS), potencializando uma polêmica que já se arrastava desde 1978 (a questão da formação dos profissionais da educação), e que extravasou do campo puramente pedagógico e profissional para o campo político, de disputas de espaço e poder, só trazendo prejuízos para a educação, tanto para a questão da excelência da formação do docente para as séries iniciais do ensino fundamental (confundida com a da transição da formação docente para o nível superior), como para a questão da identidade do profissional pedagogo e sua formação e especialização em nível de graduação (visualizada pela perspectiva do mercado).

O fato é que as políticas públicas de iniciativa governamental refletem a crise de identidade política do Governo FHC, traduzidas numa profusão de regulamentos e decretos desconstruídos, que dão azo a uma estéril e confusa polêmica pelo direito (e poder) de formar

docentes e garantir espaços no mercado educacional. Estéril por que não se discute a qualidade da formação do docente ou do especialista e de seu papel na educação brasileira, na diversidade de situações existentes, que vão desde o profissional que trabalha em um grande centro urbano das grandes capitais ao isolado em uma comunidade rural do interior do Amapá, visualizando essas questões somente pela ótica do mercado.

7 Considerações Finais:

Temos por certo, então, que a retomada do neoliberalismo no período FHC se dá muito mais pela confluência da ascensão de uma linha de pensamento em economia política com um momento histórico vivenciado pela sociedade brasileira e que vinha sendo construído desde o final do autoritarismo militar, tendo como pano de fundo o panorama internacional, o “fordismo a crédito” e a ação dos organismos de refinanciamento da dívida externa dos países ditos “em desenvolvimento”; a tecnologia e o consumo como indicador de desenvolvimento de uma sociedade e a disseminação de uma ideologia das oportunidades individuais em sociedade a partir da inteligência exigida pelo mercado; e a negação do saber crítico e reflexivo, com todas as consequências para a educação brasileira, e que se projetam inclusive após esse período.

Esse avanço feroz do neoliberalismo no Brasil é danoso, em especial, para a questão em foco neste texto, a da formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental que, tratada sob a perspectiva do mercado, lançou categorias de profissionais da educação em um estéril embate, do qual resultou apenas um desvio em relação ao que deveria ser a principal questão nesse tema, que é a da qualidade da formação.

A educação é o espaço da reprodução da sociedade, embora também o da resistência. O retorno do tecnicismo por uma via muito mais sutil levou o Governo FHC à implementação de políticas públicas de cunho neoliberal em educação, à revelia da coerência política, do direito e dos interesses da grande maioria da população brasileira, e o resultado disso foi o ocaso da social-democracia no Brasil. Porém, para a educação, os resultados só se revelarão em longo prazo, e apesar das mudanças no panorama político interno, com a ascensão de partido identificado como esquerda, com um declarado projeto de desconstrução dos excessos do governo anterior, os mesmos fatores continuam a atuar o panorama internacional, e daí os sinais de continuidade que ainda se fazem sentir até hoje na educação brasileira.

Enfim, o que se busca demonstrar neste trabalho é que o atraente discurso de Hayek, quando afirma que todo intervencionismo do Estado e planificação da economia resultam

inexoravelmente no fim da individualidade humana, que somente seria concretamente representada na garantia dos direitos e liberdades individuais, da autonomia e da dignidade da pessoa humana acima de tudo; e que toda utopia é perniciosa quando sobrepõe as necessidades do coletivo a esses direitos individuais, conduzindo sempre ao totalitarismo, desconsidera a basal lição de Aristóteles sobre a essência da sociabilidade humana, jamais desprezada por Marx.

Quando Aristóteles afirma que o homem é feito para a vida na cidade, ou seja, que o homem, enquanto tal, por natureza, só existe enquanto inserido na comunidade política, não limita o termo político apenas ao instinto gregário do animal homem ou às suas necessidades sociais, que, aliás, aparecem também nas formigas e cupins, e isso não os faz homens. Para Marx, o sentido do político, está no fato do animal humano poder se individualizar na sociedade, como demonstra nos Grundrisse (MARX, 1980).

E é exatamente isso que se questiona aqui, e que constitui pedra angular no pensamento de Hayek, a possibilidade de realização humana do ser enquanto individual e pertencente a uma sociedade em que um fator econômico (o mercado) determina o político no processo histórico em que o homem concretiza sua essência social. E se, por um lado, é o que o torna tão atraente, é também a base frágil que compromete todas as suas consequências, da política partidária à educação.

8 Referências:

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: dilema institucional brasileiro. In: TAVARES, J. A. G. (Org.). **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Fundação Teotônio Vilela, 2003. Cap. 1. p. 22-98

ARISTÓTELES. **Tópicos**. São Paulo: Abril Cultural. Col. Os Pensadores. 1987.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. **Vade Mecun**. Org. Anne Joyce Angher. São Paulo, SP: Ed. Rideel, 2011.

_____. Emenda Constitucional n 14. **Vade Mecun**. Org. Anne Joyce Angher. São Paulo, SP: Ed. Rideel, 2011.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. **Vade Mecun**. Organização Anne Joyce Angher. São Paulo, SP: Ed. Rideel, 2011.

_____. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 12/05/2011.

BOBBIO, Norberto. **Estudos sobre Hegel**: direito, sociedade civil, Estado. São Paulo: UNESP, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique, Perspectivas da Social-Democracia na América Latina. In: DAVID, Maurício Dias (Org.) **Social Democracia Hoje**. Rio de Janeiro. Fundação Teotônio Vilela, 1990.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GIDDENS, Antony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

HAYEK, Friedrich A. Von. **O caminho da servidão**. 4.ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1987.

_____. **Os fundamentos da liberdade**. Brasília: Ed. da UNB; São Paulo: Visão, 1983.

_____. Entrevista a Henry Maksoud. **Revista Veja**. São Paulo: Editora Abril, publicação de 19/12/1979.

LUCENA, Carlos. **Frederick August Von Hayek e a Teoria dos Fenômenos Complexos: uma análise marxista**. Educação e Filosofia Uberlândia, v. 25, n. 49, p. 173-200, jan./jun. 2011.

_____. **Hayek: liberalismo e formação humana**. Campinas: Alínea, 2010.

_____. Relatório de Pós-doc apresentado à Universidade Federal de São Carlos, 2011 (Mimeo).

_____. **F. A. von Hayek e o conhecimento tácito: uma análise das suas contradições**. In Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 31-50, ago.2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 1ª ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1993.

_____. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.

_____, & DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARX, Karl. Grundrisse. In: MARX, K. **Obras Completas: consequências sociais do avanço tecnológico**. São Paulo: Edições Populares, 1980.

POPPER, Karl R. **A sociedade aberta e seus inimigos**. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1987. 2 v.

POWER, Timoty J., Fernando Henrique e a Terceira Via: blairismo à brasileira? In: TAVARES, José Antonio Giusti. **O que esperar da Social-democracia no Brasil?** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural. Col. Os Pensadores. 1979.